



AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS
DAS FORÇAS ARMADAS

27º Aniversário da AOFA

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL

Tenente-Coronel António Costa Mota

Trafaria, 26 de outubro de 2019

Excelentíssimas Senhoras e Senhores representantes das Entidades e Organizações Militares e Civis aqui presentes!

Excelentíssimos representantes das Associações e Clubes Militares!

Excelentíssimos representantes das nossas congéneres Associações Socioprofissionais!

Excelentíssimos Senhores Oficiais hoje aqui homenageados pela Nossa Associação!

Excelentíssimas Senhoras e Senhores Oficiais Associados da AOFA!

Excelentíssimos Membros dos Órgãos Sociais da AOFA (Assembleia-Geral, Conselho Nacional, Conselho Fiscal e Conselho Deontológico)!

Excelentíssimos Concidadãos e muito em especial os residentes no Concelho de Almada e, particularmente, nas Freguesias da Caparica e Trafaria!

Excelentíssimos Familiares, Amigas e Amigos aqui presentes!

Minhas Senhoras e meus Senhores!

Camaradas!

A todos vós e em nome da Associação de Oficiais das Forças Armadas, a cujo Conselho Nacional presido, quero transmitir-vos o nosso mais profundo agradecimento e orgulho pela honra que nos dão em aqui estarem connosco neste momento, para nós, tão especialmente relevante. Muito obrigado.

À semelhança do que temos vindo a fazer em anos transatos, comemorando-se hoje mais um aniversário da nossa Associação, esta intervenção do Conselho Nacional, mais do que centrada no elencar de toda a vastíssima atividade realizada ao longo deste último ano, visa dar uma panorâmica daquilo que o futuro, a curto e médio prazo, nos perspetiva, cientes de que em grande medida teremos de ser nós próprios, através de muita determinação, a gizar esse futuro.

O vasto conjunto de anseios e legítimas aspirações dos Militares e particularmente dos Oficiais das Forças Armadas constituem a pedra basilar das nossas preocupações e conseqüente atividade. E porque assim é e por experiência própria sabemos bem que os edifícios não se constroem a partir do telhado, antes sim das fundações, de fortes fundações, queremos começar por reiterar perante os nossos Camaradas diversos compromissos que aqui e agora queremos deixar expressos de forma indelével.

UNIÃO e COESÃO! VERDADE, HONESTIDADE, LEALDADE e CAMARADAGEM!

São estes os principais Valores e Princípios que nos regem e que presidem à nossa atividade diária, como militares e no âmbito do Associativismo Militar, presidindo às inerentes relações bilaterais que os mesmos implicam quer com as Autoridades Militares quer com o Poder Político, Comunicação Social e, por maioria de razão, com os nossos Camaradas!

UNIÃO e COESÃO! VERDADE, HONESTIDADE, LEALDADE e CAMARADAGEM!

Foram estes os Valores e Princípios com que nos comprometemos perante os Associados da AOFA e que hoje aqui solenemente reiteramos, aos quais juntamos muita

dedicação, motivação e trabalho. Na AOFA levamos muito a sério os nossos Valores e Comprometimentos e por isso mesmo mantemos o foco naquilo que verdadeiramente é essencial. Ao serviço dos Oficiais das Forças Armadas, a Associação está cada vez mais bem organizada e tecnicamente preparada e é como tal reconhecida por todos os nossos interlocutores, daí resultando, em termos muito práticos, uma capacidade interventiva crescente, em quantidade e qualidade. O respeito e admiração que ao longo dos anos temos granjeado, estando cientes que resulta da nossa forma de estar e de agir, só faz sentido se reconhecido a todos os Militares das Forças Armadas. É também com esse objetivo que diariamente trabalhamos. Pela exigência de um respeito que a todos é devido, dada a nossa ímpar Condição Militar e o nosso Serviço a Portugal, sendo contudo determinante que também cada um, por si próprio, nunca se desvie destas premissas e desta forma contribua para que tal desiderato permanentemente se concretize.

Uma AOFA cada vez mais forte e representativa só poderá significar, para todos, motivo de orgulho e uma garantia de que a defesa dos nossos mais legítimos Direitos, Interesses e Expectativas estará sempre na mira das Mulheres e Homens que, com grande espírito de abnegação e sem quaisquer retribuições financeiras ou de outra ordem, cumprem nesta casa a exigente missão para a qual foram eleitos pelos seus Pares. É com este espírito e com este sentido de profunda responsabilidade que prosseguiremos a missão.

Mais um ano se cumpre e com ele o registo de muitas vitórias mas igualmente de diversas derrotas. Somos Militares, somos Oficiais. Somos por formação, vocação e dedicação resilientes e com elevado espírito de sacrifício. Ninguém como nós valoriza tanto a Paz, ao ponto de nos disponibilizarmos e irmos para a Guerra para a conseguir. Também assim é no âmbito do associativismo militar onde através da luta persistente, organizada, sem fraquejar, sem esmorecer, não valorizamos demais as vitórias, antes

sim, analisamos as derrotas e procuramos novas estratégias para voltar à carga. E quem assim procede, mais cedo ou mais tarde só pode sair vencedor.

Recentemente tivemos eleições em Portugal, daí resultando uma realidade governativa e de distribuição de lugares na Assembleia da República em tudo semelhante à verificada nos últimos quatro anos. Pela vasta experiência acumulada, sabemos que a recuperação dos muitos Direitos perdidos ao longo dos anos bem como a conquista de novos Direitos, num quadro geral que claramente tem sido desfavorável à Instituição Militar e aos Militares, exige muito diálogo, muita negociação, mas simultaneamente muita firmeza de posições, posições essas que terão de continuar a estar muito bem alicerçadas na coerência, consolidação e fundamentação técnica das nossas propostas mas também, e cada vez mais, na adesão e apoio dos Oficiais à AOFA.

E porque sabemos que assim é e não podemos nem queremos perder tempo, mas sim manter elevados níveis de eficiência e eficácia, é importante que todos os Oficiais saibam que o Conselho Nacional da AOFA está, nesta altura, a trabalhar num documento enquadrador de todas as nossas atuais preocupações e legítimos anseios, com propostas muito concretas e fundamentadas de resolução dos problemas, denominado “Caderno de Encargos para a Legislatura”, documento que ainda no decorrer do presente ano será enviado aos Comandante Supremo das Forças Armadas, Primeiro-Ministro, Ministro da Defesa, Comissão de Defesa, Grupos Parlamentares e Chefias Militares, seguindo-se a este procedimento solicitações de audiências para discussão das principais temáticas nele incluídas. A AOFA, como sempre, está a fazer e continuará a fazer o que lhe compete, aguardando que todos os nossos interlocutores, aos mais diversos níveis, cumpram também a sua parte, fazendo jus aos elevados cargos que ocupam e às responsabilidades daí inerentes.

Somos por definição e firme convicção otimistas, mas a inocência não é predicado que nos possa caracterizar. À elaboração deste “Caderno de Encargos para a Legislatura” estão subjacentes centenas de horas de reuniões internas, dezenas de documentos com a chancela do Conselho Nacional, cerca de 80 reuniões com os Oficiais nas Unidades, onde tivemos a participação de mais de 1500 Oficiais no Ativo, do General e do Almirante ao Aspirante e ao Guarda-Marinha.

Mas quisemos ir ainda mais longe e sobre algumas das principais temáticas lançámos um inquérito a todos os Oficiais (Sócios e Não Sócios da AOFA), em plena fase de recolha de respostas, que decorrerá até 30 de novembro.

Acresce o Seminário da Condição Militar que realizaremos exatamente de hoje a quinze dias, a 9 de novembro, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e onde discutiremos de forma franca e aberta, publicamente, a nossa Condição Militar, Seminário no qual temos elevadas e fundamentadas expectativas de obter, a partir das intervenções e do debate nele produzidos, mais elementos orientadores para a nossa atividade e intervenção. Estão desde já todos e todas convidados a participar!

Terminaremos o ano, já no decorrer de dezembro, com um Grande Encontro de Oficiais, momento em que faremos a apresentação pública aos nossos Camaradas e à Comunicação Social dos resultados do Inquérito, seguindo-se, já em regime de “porta fechada” à Comunicação Social, um debate entre os Oficiais sobre todas as matérias e conclusões determinadas pelos resultados do Inquérito.

Chegaremos pois ao final do ano nas melhores condições para lançar o já referenciado “Caderno de Encargos para a Legislatura”, podendo afirmar, sem reservas, que esse documento será um espelho fidedigno do que pretendemos e propomos na defesa dos mais legítimos Direitos, Interesse, e Expectativas dos Oficiais. De todos os Oficiais das Forças Armadas, porque é com todos os Oficiais, Sócios e Não Sócios, que contamos, porque é com todos os Oficiais que temos reunido nas Unidades, aos quais

abrimos o Inquérito e que desde já convidamos a que estejam presentes no Seminário, já em novembro e na reunião geral de Oficiais, em dezembro.

Face ao exposto e como compreenderão é extemporâneo estar aqui hoje a revelar de forma definitiva muitos dos aspetos que constarão no “Caderno de Encargos”. No entanto, e porque todas as atividades aludidas anteriormente, estamos convictos, não irão alterar sobremaneira muitas das posições que temos vindo a assumir publicamente, antes sim contribuindo para afinar estratégias e refinar algumas dessas posições, considera o Conselho Nacional estar em condições de adiantar, em termos macro, as principais áreas sobre as quais incidirão os nossos esforços coletivos. De entre muitas outras permitimo-nos destacar:

- O Estatuto Remuneratório dos Militares, consideradas todas as suas componentes (Remunerações, Suplementos e Subsídios), onde urge trilhar caminho de convergência com as profissões que sempre nos serviram de referência. É um imperativo de justiça e de tal forma o é que o próprio Presidente da República, Comandante Supremo das Forças Armadas, publicamente nesse sentido se expressou muito recentemente, no ato de promulgação dos muito substanciais aumentos remuneratórios verificados na área da justiça, afirmando que ficava com a sensação incómoda do agravar das desigualdades, já de si muito significativas, para com os Militares das Forças Armadas.

- Assistência na Doença à Família Militar. Os inúmeros constrangimentos, restrições de Direitos e Deveres alargados, que nos distinguem de todos os nossos Concidadãos, plasmados desde logo na Constituição da República, mas igualmente na Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, no Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), Código de Justiça Militar e Regulamento de Disciplina Militar determinam, também no plano legal vigente, a discriminação positiva dos Militares e seus Familiares no Apoio na Saúde, como compensação pelas inúmeras e severas

restrições legais e deveres especiais a que estamos sujeitos, não sendo, de todo, compatíveis com a atual situação que se verifica na ADM, quer em termos da qualidade de serviços prestados quer da sua gestão, quer da forma profundamente errada de financiamento, determinando que nestas diversas vertentes demonstremos a nossa firme convicção, e ações daí decorrentes, para que o cenário atual se altere profundamente, designadamente ao nível dos descontos obrigatórios dos Militares que defendemos venham a ser eliminados, estando disponíveis para que tal objetivo possa ser, faseadamente, atingido ao longo dos próximos 4 anos.

- Pensões de Reforma e Complemento de Pensão – Numa ansia inusitada de funcionalização dos Militares, propósito que naturalmente combateremos até às últimas consequências, assistimos a uma degradação profundíssima dos valores das Pensões de Reforma dos Militares, aplicadas que nos são as mesmas regras de cálculo vigentes para os restantes concidadãos. Os Militares vêm agora calculadas as suas Pensões de Reforma com base num equívoco; A média de toda a carreira contributiva, método de cálculo que numa carreira fortemente hierarquizada como a nossa produz, está à vista de todos, valores de reforma médios iguais ou inferiores a 50% do rendimento base auferido no Ativo, condenando inexoravelmente à indignância os Militares, situação absolutamente inaceitável e contra a qual nos continuaremos a bater e a mobilizar todos os Militares no sentido da sua urgente alteração. Também em relação à reintrodução do Complemento de Pensão no EMFAR, mecanismo vital de salvaguarda dos valores dignos das nossas Pensões de Reforma, não deixaremos de ser incisivos na demonstração da sua justiça, exigindo pois a respetiva alteração estatutária.

- Mas também ao nível das Promoções, Progressões Remuneratórias (incluindo a justa contagem de todo o tempo em que estiveram congeladas), Mecanismos de Passagem à Reserva, Abates ao Quadro, Carreiras, Condições de Higiene e Segurança no Trabalho, Horários de referência (salvaguardada a permanente disponibilidade para o

serviço), Sistema de Avaliação do Mérito, Lei das Armas e tantas outras matérias, a intervenção da AOFA continuará a ser a expressão exigente da reposição da justiça que nos é devida e a voz incontornável dos Oficiais, com especial enfoque naqueles que, por restrições estatutárias não podem fazer-se ouvir publicamente; Os Camaradas no Ativo!

- Finalmente, também ao nível da Ação Social Complementar, desde logo extensível a todos os Militares em Regime de Contrato, muito trabalho há a fazer, sendo bem conhecidas as posições fundamentadas da AOFA, ao genericamente defendermos que a Ação Social Complementar deve abranger mecanismos de apoio eficaz aos Beneficiários ao longo de todo o seu ciclo de vida e não apenas na fase final das suas vidas.

- Por último, caminharemos de forma decidida na intenção de aumentar significativamente o conjunto de Direitos reconhecidos às Associações Socioprofissionais, de entre eles destacando o “Direito à Representação Coletiva em Juízo” e o “Direito à negociação coletiva”, não virando a cara ao debate de ideias, pelo contrário, incentivando-o, sobre a possibilidade de existência de Sindicalismo Militar em Portugal, se esse for o caminho que permita uma mais justa e alargada defesa dos nossos mais legítimos Direitos, o que genericamente já se verifica na Europa e em muitos dos países que, connosco, integram a NATO.

Já na fase final desta intervenção não podemos deixar de renovar (assim é tradição nos nossos aniversários) um conjunto de votos que para nós têm grande significado. Não seguindo nenhuma ordem de prioridades:

- Renovamos o apoio, existente desde a 1ª hora (e podemos garantir que o será até final) aos nossos Camaradas Comandos (alguns deles presentes nesta sala e que especialmente saudamos) que no cumprimento da sua exigente missão se viram

envolvidos num complexo processo judicial em que, até ao momento, o Estado lhes continua a negar, ainda que legalmente a tal obrigado, o devido apoio jurídico, com consequências absolutamente devastadoras que daí derivam quer ao nível pessoal quer profissional, incluindo os fundamentais níveis de confiança institucional que se vão degradando, no plano moral e motivacional, nada consentâneos com as exigentes missões desempenhadas por parte destes nossos camaradas, e de muitos outros que facilmente se imaginam em situação idêntica e que legitimamente duvidam ter a retaguarda devidamente coberta em casos similares.

- À Camara Municipal de Almada! Porque sentimos cada vez mais este Concelho como sendo o nosso Concelho, reiteramos que na longa tradição da presença dos Militares por estas paragens, é nosso compromisso reforçar a nossa colaboração próxima com a edilidade, potenciando sinergias que promovam atividades de âmbito Cultural, Desportivo, de Intervenção Social ou na realização de Eventos que promovam e potenciem os ideais de Abril, dos valores da Constituição da República e em múltiplas áreas de confluência de interesses, tendo em vista o bem-estar e a inerente qualidade de vida das populações.

- À nossa União de Freguesias Caparica-Trafaria, na qual orgulhosamente estamos inseridos e onde tão bem fomos recebidos e temos sido tratados, reiterar do nosso empenho e firme determinação em contribuir para que esta comunidade geográfica, cultural e social evolua e se torne cada vez mais o espelho de uma população viva, ativa e cada vez mais justamente equilibrada e feliz. A presença da AOFA na Comissão Social da União das Freguesias Caparica-Trafaria e a nossa nomeação para a respetiva Comissão Executiva constituem para nós responsabilidades acrescidas que

tudo faremos por continuar a honrar, colocando à disposição da Comunidade em que nos inserimos as nossas valências, capacidades e vontades.

- Aos Oficiais das Forças Armadas e suas Famílias, razão primária e última da existência do coletivo que se constitui a AOFA, renovamos o compromisso de tudo continuar a fazer para que a dignificação da Condição Militar e a valorização do papel insubstituível que desempenhamos na Sociedade Portuguesa seja cada vez mais, e melhor, objeto de reconhecimento porque quem tudo dá pela Pátria, incluindo se necessário o bem maior que se constitui a própria vida, só pode legitimamente ambicionar a esse reconhecimento coletivo e a essa valorização. Sempre que tal se revelar como necessário saberão os nossos Camaradas que na AOFA e através da AOFA haverá sempre quem, em prol da justiça e da defesa dos seus Direitos, estará sempre na linha da frente afirmando-se, sempre que as condições o impõe, como “alguém que resiste..... alguém que saberá dizer NÃO”.

- Finalmente, uma referência muito especial, consubstanciada num forte abraço de solidariedade, apoio, reconhecimento e muito orgulho para todos os nossos Camaradas que neste preciso momento, em teatros de operações muito complexos e especialmente arriscados, não por opção própria mas porque o poder político subordinante assim o determina, se encontram em Missão no Afeganistão, no Báltico, no Kosovo, na Lituânia, no Mar Mediterrâneo, na Roménia, na Polónia, no Iraque, no Golfo da Guiné, no Mali, na Jordânia, na Somália, na Colômbia e na República Centro-Africana. Estamos Juntos!

Termino!



Ontem, como hoje e no futuro, porque o presente assim nos dá todas as garantias de estarmos cada vez mais fortes e organizados, podem e devem os Oficiais das Forças Armadas contar com o empenhamento, sem reservas, da Sua Associação representativa.

Porque é essa a nossa Missão e a Missão para os Militares, qualquer que ela seja, é para cumprir e cumprir bem!

VIVA A ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS!

VIVAM AS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS!

VIVA PORTUGAL!